



4919 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT12 - Currículo

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: QUAL A AUTONOMIA CURRICULAR DO PROFESSOR?

Leiri Ratti - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Jane Mery Richter Voigt - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Univille

## O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: QUAL A AUTONOMIA CURRICULAR DO PROFESSOR?

### Resumo

As novas políticas curriculares e a parceria da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina com o Instituto Ayrton Senna, resultaram na implementação do Ensino Médio Integral em Tempo Integral - EMITI. Esse novo cenário mobilizou investigar a problemática: Como os professores percebem, na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico - PPP, a possibilidade de desenvolver a autonomia curricular? O objetivo desta investigação é verificar qual a autonomia curricular dos professores na (re)elaboração do PPP em escolas contempladas com a proposta. De perspectiva metodológica qualitativa, esta pesquisa conta com a aplicação de questionário aos professores do EMITI em Joinville. Os resultados apontam que a autonomia curricular ainda é um desafio no contexto escolar. Os professores consideram importante a participação na construção do PPP e nas decisões curriculares, mas a centralidade nas decisões impede o desenvolvimento das práticas curriculares com base nos princípios de autonomia e flexibilidade.

**Palavras-Chave:** Projeto Político Pedagógico. Currículo. Autonomia Curricular. Ensino Médio Integral em Tempo Integral.

### Introdução

As novas políticas curriculares educacionais, como a medida provisória 746/2016, convertida na **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**<sup>[1]</sup>, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovem a reformulação do currículo para o Ensino Médio. Com base nessas políticas, em 2017, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina firmou parceria com o Instituto Ayrton Senna para a implantação do Ensino Médio Integral em Tempo Integral - EMITI em quinze escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina, e na cidade, lócus da pesquisa, em duas escolas.

Diante dessa parceria, algumas questões mobilizaram essa investigação: Como é realizado o processo de revisão do PPP da escola diante das novas políticas curriculares? De que forma os professores participam desse processo? Como os professores percebem que o trabalho coletivo na construção de um projeto político pedagógico pode desenvolver a autonomia curricular? Portanto, esse texto apresenta resultados parciais de uma investigação cujo objetivo é verificar qual a autonomia curricular dos professores na reelaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP em escolas que implantaram o EMITI.

Na intenção de responder às questões propostas, foi realizada uma investigação de abordagem qualitativa, que permite compreender as relações escolares do cotidiano. Essa possibilidade amplia o universo epistemológico da discussão dos fatos educacionais (GATTI; ANDRÉ, 2010). O questionário, instrumento de coleta dos dados, foi aplicado a 28 docentes que atuam nas escolas onde o EMITI está sendo implantado em uma cidade do norte de Santa Catarina. A análise dos resultados se dá por meio da sua descrição e diálogo com o referencial teórico.

Esta produção está organizada em três pontos fundamentais: conceitos teóricos acerca do PPP e da autonomia curricular, análise dos dados coletados e considerações.

### O Projeto Político Pedagógico e o conceito de autonomia curricular

O projeto político pedagógico deve ser construído e vivenciado num processo democrático de decisões da organização do trabalho pedagógico, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, abarca a superação de conflitos, a formação do sujeito, da sociedade e a construção do conhecimento (VEIGA, 2002).

O projeto norteia, sob a regulação das políticas e diretrizes educacionais, os objetivos da instituição de ensino. Para Morgado (2011), mudanças promovidas por políticas curriculares consistem numa oportunidade de centrarmos a nossa atenção na importância do projeto político pedagógico da escola como instrumento de renovação e/ou inovação das práticas educativas e de construção da autonomia curricular da escola e do professor, entendida "como a possibilidade dos professores tomarem decisões no processo de desenvolvimento e adaptação curricular" (MORGADO, 2003, p. 338).

Essa construção do projeto político pedagógico passa pela discussão democrática que envolve planejar os objetivos para o processo educativo da instituição. O currículo construído com base no contexto social que a escola está inserida conta com o envolvimento dos sujeitos, consistindo "num processo permanente de reflexão e revisão crítica da realidade

educativa, por forma a possibilitar a construção de uma autêntica autonomia curricular da escola e do professor” (MORGADO, 2000, p. 88). Esse processo, permeado de conflitos e discussões, do qual emergem os anseios da comunidade, garante ações pedagógicas que incidam na melhora do ensino.

### **Qual a autonomia curricular do professor do EMITI?**

Partindo de construções conceituais, a análise dos dados coletados permite evidenciar a percepção dos professores com relação a construção da autonomia curricular por meio de aplicação, *in loco*, no ano de 2018, de questionário. Ao responder o questionário, composto de questões fechadas, os participantes especificam, por meio da escala denominada *likert*, o nível de concordância com as afirmações propostas.

O instrumento de pesquisa, aplicado aos professores do EMITI, obedece a uma série de afirmativas para colher as opiniões dos inquiridos, as atitudes que assumem ou a forma como se posicionam perante as questões apresentadas, suas expectativas e o nível de conhecimento (MORGADO, 2018). Discutir a percepção docente acerca da construção do PPP reverbera na efetivação do empoderamento docente, tanto na construção curricular quanto para atender aos anseios da sociedade na qual a escola se encontra, apesar de terem a obrigação de se adequar às orientações centrais.

Para que o projeto político pedagógico cumpra o que propõe, é imprescindível que sua (re) adequação tenha regularidade, as decisões sejam discutidas no coletivo e o acompanhamento da implementação aconteça de maneira dinâmica e participativa. (MORGADO; PACHECO, 2002).

Uma das questões propostas aos professores do EMITI versava sobre a frequência com que os professores participam da revisão e construção do PPP em sua escola. Verificou-se que 66,66% dos professores responderam que não participam da discussão do PPP. Esse resultado revela que os docentes não se percebem como protagonistas nas decisões sobre o projeto político pedagógico, mesmo que, segundo Veiga (2002), esse projeto deve ser “uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. [...]”.

A exigência no cumprimento efetivo das normativas expedidas por órgãos superiores apontada em 66,66% das respostas, indica o poder de regulação da Secretaria da Educação em relação à escola e aos profissionais docentes que atuam no EMITI, o que estremece as reformas implementadas e impede avanços na organização da instituição, pois parece haver pouca autonomia e questionamento dos professores em relação à proposta educativa da escola, cuja discussão implica em “[...] melhorar a qualidade dos processos educativos e elevar os níveis de aproveitamento escolar dos alunos” (MORGADO; MARTINS, 2008).

O corpo docente concorda em 77,77% que na readequação do PPP, o currículo do EMITI deve ser construído com sugestões dos professores, o que está de acordo com a ideia de que o projeto político pedagógico deve ser “fruto de ação coletiva e democrática, um instrumento de renovação pedagógica da prática escolar” (MORGADO; MARTINS, 2008, p.6). Para que o PPP se efetive é necessário que as (re) adequações aconteçam com regularidade, com ações discutidas coletivamente e a implementação de forma participativa e dinâmica (MORGADO; PACHECO, 2002). Embora a autonomia curricular e as políticas descentralizadas não signifiquem uma total responsabilização dos professores pela elaboração de um currículo, visto que existe uma base curricular orientadora, o protagonismo docente na construção do PPP, ainda é considerado possível e necessário.

Ao considerar o poder de decisão do corpo docente quando das discussões acerca dos objetivos do EMITI com base nas orientações da Secretaria da Educação, o percentual de discordância (44,44%) é proporcional à concordância (55,55%). O resultado desta proposição evidencia que os docentes não têm clareza do seu poder de decisão na construção do projeto político pedagógico e na autonomia curricular, com base no contexto social, o que pode garantir a melhora na prática da sala de aula. Isso ocorre “num processo permanente de reflexão e revisão crítica da realidade educativa, por forma a possibilitar a construção de uma autêntica autonomia curricular da escola e do professor” (MORGADO, 2000, p. 88).

A discussão das diretrizes metodológicas e dos critérios de avaliação com base nas orientações da Secretaria da Educação afirmada por 77,77% dos participantes aponta para a regulação e controle da Secretaria da Educação. Para Morgado (2000), o sistema de ensino traz a descentralização e a flexibilização curricular como garantia da construção da autonomia curricular das escolas. Porém, trata-se de uma autonomia controlada, que depende da chancela da Secretaria da Educação, impede a possibilidade de transformação da educação que a liberdade docente promove.

Os professores não percebem a efetivação da autonomia curricular, visto que 66,66% afirmam não haver flexibilização curricular para o EMITI, entendida como a possibilidade de escolha de uma disciplina. O resultado evidencia apreensão no que diz respeito à construção da autonomia curricular na decisão do currículo com base na realidade local.

### **Considerações finais**

Apoiados nos conceitos de Morgado (2000, 2003, 2008) e Veiga (2002) sobre a construção do PPP e a autonomia curricular do professor, as discussões permitem compreender a relevância da participação dos professores na concepção dos projetos educativos das escolas contempladas com Ensino Médio Integral em Tempo Integral.

Mesmo que de forma preliminar, as análises dos dados apontam para tensões com relação à (re)elaboração do PPP e a construção da autonomia curricular. Os professores consideram importante a participação na construção PPP e nas decisões curriculares, mas a centralidade nas decisões dos órgãos superiores impede o desenvolvimento das práticas curriculares com base nos princípios de autonomia e flexibilidade, e conseqüentemente a efetivação da autonomia curricular do professor.

A participação docente na elaboração do Projeto Político Pedagógico continua sendo um desafio no contexto escolar. A não efetivação da autonomia curricular do professor na construção do projeto da instituição de ensino esbarra no controle e nas poucas possibilidades ofertadas pela Secretaria da Educação, o que pode comprometer a formação de jovens críticos, emancipados e preparados para o mundo do trabalho.

### **Referências**

BRASIL. Lei n. 13415 de 16 de fevereiro de 2017. **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.**

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M.. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução.** 2010.

MORGADO, J. C.. **A (des)construção da Autonomia Curricular.** Edições ASA. 1ª. Edição. 2000.

MORGADO, J. C.. **Projecto curricular e autonomia da escola: possibilidades e constrangimentos.** Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação n° 8, vol. 10, ano 7. Universidade do Minho, Portugal. 2003

MORGADO, J. C.; MARTINS F. B.. **Projecto curricular: mudança de práticas ou oportunidade perdida?** Universidade do Minho. Revista de Estudos Curriculares. Associação Portuguesa de Estudos Curriculares. Portugal. 2008.

MORGADO, J. C.; PACHECO, J. A.. **Construção e Avaliação do Projecto Curricular de Escola.** Porto Editora. Portugal. 2002.

VEIGA, I. P.. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: \_\_\_\_\_. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2002. P.11-35.

[1][http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)